

A detailed view of a medieval manuscript illumination. The central focus is two hands, one from a woman in a red dress and one from a man in a brown sleeve, holding a small green plant stem with blue flowers. The woman's hand is adorned with a pearl bracelet and a ring. The background consists of rich red and green colors, suggesting a luxurious setting. The overall style is characteristic of late Gothic or early Renaissance manuscript art.

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

MARIA FILOMENA COELHO (ORG.)

COLEÇÃO

MEDIOEVUM
UnB


callandra



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. André Cabral Honor (HIS/UnB) - **Presidente**

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof.^a Dr.^a Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof.^a Dr.^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha);

Prof.^a Dr.^a Ilía Alvarado-Sizzo (UniversidadAutonoma de México)

Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Marine Pereira (UFABC)

Prof.^a Dr.^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

A398 Alianças políticas matrimoniais na Idade Média
 [recurso eletrônico] / Maria Filomena Coelho
 (org.). - Brasília : Universidade de Brasília,
 2023.
 261 p. il. - (Medioevum ; 1).

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-85259-16-3.

 1. Casamento - História - Idade Média, 600-
 1500. 2. Casamento - Aspectos políticos - Idade
 Média, 600-1500. I. Coelho, Maria Filomena (org.).
 II. Série.

CDU 392.5:32(09)

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

Maria Filomena Coelho (Org.)



Coleção *Medioevum*

Organizadores: Maria Filomena Coelho

Ilustração de capa: *A Bridal Couple*, c.1470, óleo sobre painel, The Cleveland Museum of Art.

Título: Alianças Políticas Matrimoniais na Idade Média.

Volume: 1

Autor: VVAA

Local: Brasília

Editor: Selo Caliandra

Ano: 2023

Coleção: *Medioevum*

Parecerista: Marcelo Pereira Lima

Editores e revisão: Maria Filomena Coelho e Geovane Cardoso Dias Sousa

Capa: Geovane Cardoso Dias Sousa

Produção: *Medioevum*



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

SUMÁRIO

Apresentação

Maria Filomena Coelho..... 6

1. As “bodas historiográficas” de Urraca de Leão e Castela (séc. XI-XII)

Ana Beatriz Sales Sobral..... 9

2. Teresa de Leão e seus casamentos: história e historiografia (séc. XI-XII)

Juliana Silva Santos..... 30

3. O coração do corpo: uma análise do modelo matrimonial nas *Siete Partidas*, de Alfonso X (séc.XIII)

Dayane Faria de Souza..... 53

4. Casar para acrescentar a linhagem: leis e costumes nas *Siete Partidas* (séc. XIII)

Amanda Oliveira de F. Junqueira..... 90

5. Casar para reinar: os enlances políticos de Eleonor da Aquitânia (séc. XII-XIII)

Letícia Lopes de Santana..... 110

6. Casamentos políticos e poder feminino: as estratégias matrimoniais de Leonor e Berenguela de Castela (séculos XII-XIII)

Sophia Nery Mourão..... 146

7. A princesa de muitos noivos: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica

Yohanna Lima Japiassu Amaro..... 187

8. Representações políticas do matrimônio de Juana de Castela e Felipe de Habsburgo (séculos XV-XVI)

Marcos Vinícius Marinho Fernandes..... 228

APRESENTAÇÃO

Este livro é o belo resultado de um projeto, iniciado em 2015, com o objetivo de acolher pesquisas de iniciação científica para estudar os casamentos régios e nobiliárquicos na Idade Média, sob a perspectiva da História Política. Este campo tem estimulado nos últimos tempos abordagens que renovam a percepção dos historiadores relativamente ao poder, ao direito e às instituições.

O casamento, na qualidade de alicerce da sociedade cristã, adquire papel importante nas relações políticas dos diferentes reinos, bem como na estruturação de uma intrincada rede de solidariedades e fidelidades políticas nobiliárquicas e monárquicas. Assim, o projeto de pesquisa intitulado “Alianças políticas matrimoniais na Idade Média” pretendeu analisar alguns enlaces dentro do contexto em que foram gestados, de forma a perceber como os atores políticos envolvidos estabeleciam as alianças, e a compreender as lógicas adotadas numa dinâmica de cenários em construção, cujos resultados eram imprevisíveis.

A perspectiva sobre “o político” e “a política” adotada pelos jovens historiadores, que assinam os oito capítulos que compõem a obra, revelou-se extremamente profícua, na medida em que permitiu, por um lado, entrelaçar a concepção de matrimônio elaborada pelas sociedades medievais ao modelo social e político que lhe dava forma, e, por outro, identificar as diversas maneiras pelas quais as circunstâncias e interesses do cotidiano iam modulando aquela idealização. O casamento emerge, em cada um dos trabalhos, como instituição fundante, mas com suficiente elasticidade e plasticidade para traduzir a vida social e política.

O desenvolvimento dos trabalhos foi realizado no âmbito do grupo de estudos de história medieval da Universidade de Brasília (UnB) – atualmente,

Medioevum - que propicia a seus membros um ambiente de trocas intelectuais e acadêmicas, com permanente discussão dos resultados das pesquisas, integrando alunos da graduação e da pós-graduação. Tal experiência permite a elaboração conjunta de uma grade teórica e metodológica, essencial para a capacitação de futuros historiadores com apurada competência para refletir criticamente sobre o caráter construtivo da interpretação do passado. Dessa maneira, os frequentes seminários internos de debate são importantes etapas, em que se analisam a conveniência e a operatividade de teorias e metodologias adotadas, para responder aos problemas formulados pelos projetos individuais.

Em termos metodológicos, os trabalhos aqui reunidos têm em comum uma preocupação central relativamente às formas – documentais e historiográficas - das narrativas. No que respeita às fontes primárias, a variedade é grande: crônicas, compilações jurídicas, leis canônicas, tratados, correspondências, poemas, pinturas. Cada uma dessas tipologias documentais foi considerada com especial atenção sobre as maneiras como se supunha que elas deveriam se configurar e, principalmente, como deveriam “falar”.

Assim, os conteúdos, em termos de informação e mensagem, receberam tratamento adequado de modo a não serem ingenuamente incorporados à interpretação. No tocante à historiografia, atribuiu-se grande importância à tarefa de identificar as principais tradições interpretativas – tanto em trabalhos de síntese histórica como de caráter monográfico – com o intuito de desnaturalizar a percepção e o conhecimento sobre “formas do passado”, amplamente difundidas, inclusive em nível escolar. Essa análise revelou-se importante, principalmente devido ao viés institucionalista pelo qual o casamento tem sido estudado, mostrando a necessidade de analisá-lo numa perspectiva política renovada. Outro aspecto significativo criticado neste livro refere-se à forte tendência historiográfica em avaliar a eficácia dos casamentos régios a partir dos efeitos históricos já conhecidos, ou seja, sob espécie de “teleologia retrospectiva”.

A obra está organizada pela cronologia das personagens e seus casamentos. Mas é interessante notar também o entrelaçamento entre temas e autores. Os

capítulos agrupam-se aos pares. Os dois primeiros abordam, respectivamente, os casamentos das irmãs Urraca e Teresa de Leão, de autoria de Ana Beatriz Sobral e de Juliana Santos. Os seguintes, escritos por Dayane de Souza e por Amanda Junqueira, estudam a concepção do matrimônio nas *Siete Partidas*. O quinto e o sexto, de Letícia Santana e de Sophia Mourão, analisam os enlaces matrimoniais de Eleonor de Aquitânia, de sua filha, Leonor, e de sua neta, Berenguela de Castela. Os últimos capítulos, produzidos por Yohanna Amaro e Marcos Vinícius Fernandes, examinam os noivados e o casamento de Isabel, a Católica, e o de sua filha, Juana, a Louca. Tal configuração decorre da sinergia entre os autores, propiciando a escolha de temas comunicantes que se converteram em problemas de pesquisa comuns. Para além do adensamento dos resultados acadêmicos e intelectuais, o trabalho em conjunto estreitou também laços de amizade.

Brasília, 03 de janeiro de 2023.

Maria Filomena Coelho

8

Representações políticas do matrimônio de Juana de Castela e Felipe de Habsburgo (séculos XV–XVI)

Marcos Vinícius Marinho Fernandes

De quantos significados o matrimônio se compõe? Devido às sucessivas alterações das estruturas sociais, um determinado vocábulo veicula diferentes sentidos a partir das experiências às quais dá nome. Mesmo aqueles termos que mantiveram seu significado estável ao longo do tempo não são “um indício suficiente da manutenção do mesmo estado de coisas do ponto de vista da história dos fatos”.¹ A palavra *matrimônio* que designa atualmente a união de duas pessoas, por exemplo, não teria as mesmas implicações sociais no final do século XV. Entretanto, mesmo a partir de um recorte temporal mais reduzido, é possível notar que diferentes experiências simultâneas – e, por vezes, contrastantes – foram agremiadas sob a mesma longa denominação.

As circunstâncias particulares de cada casal, somadas aos pressupostos e expectativas comuns a respeito do matrimônio, resultam numa multiplicidade de experiências que podem variar muito, ainda que sincrônicas, como resultado de interferências e reações diversas. Dessa forma, pensamos ser útil o estudo de caso, na medida em que se podem evidenciar as nuances, contrastes e ambiguidades que davam vida ao modelo matrimonial em determinada época.

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006, p. 114.

Neste capítulo será analisado o matrimônio de Juana e Felipe de Castela. Fontes de variados gêneros retrataram aspectos da vida desse casal, de maneira bastante diversa, o que permitirá, neste estudo, elaborar uma análise multifacetada desse enlace e das diferentes concepções do matrimônio que se manifestaram na documentação histórica.

Juana nasceu em Toledo no ano de 1479, no seio da casa real de Trastâmara. Era a terceira filha de Fernando e Isabel, reis de Aragão e Castela. Felipe, nascido em Bruges no ano de 1478, era filho primogênito de Maria, duquesa da Borgonha, com Maximiliano I, imperador eleito do Sacro Império Romano Germânico. Com dois irmãos mais velhos, era pouco provável que Juana viesse a ascender ao trono dos pais, pelo que se arranhou seu casamento com Felipe, que a tornaria primeiramente arquiduquesa da Áustria e duquesa da Borgonha, e, possivelmente, imperatriz. É razoável crer que Fernando e Isabel imaginavam que Felipe herdaria o trono imperial de seu pai quando concertaram o enlace, ainda que a transmissão dependesse parcialmente da validação dos príncipes-eleitores.

Juana viajou para Flandres em 1496, quando se realizou a cerimônia de casamento. O casal teve sete filhos: Leonor (1498-1558), Carlos (1500-1558), Isabel (1501-1526) e Fernando (1503-1564), Maria (1505-1558) e Catarina (1507-1578), nascida depois da morte do pai. Os filhos foram imperadores; as filhas, rainhas consortes. Observa-se, assim, o arranjo bem sucedido de casamentos visando a manutenção dos membros da linhagem nos níveis mais altos do poder.

Felipe nunca chegou a reinar como imperador, pois faleceu antes do pai. Juana, por outro lado, contrariando as expectativas, tornou-se Rainha de Castela após a morte da mãe. Embora tenha sido a rainha “proprietária” de Castela, foi seu marido, Felipe, quem realmente exerceu o poder, de 1505 a 1506. Depois, Fernando de Aragão regeu em nome da filha até sua morte em 1516. Juana viveu reclusa em Tordesilhas, afastada do poder, até falecer em 1555.

Juana ficou conhecida como “a Louca”. Embora a fama da sua insanidade encontre algum respaldo nas fontes de época, esta deve-se, sobretudo, às recriações românticas/trágicas dos séculos XIX e XX. As obras literárias, como

a de D. Orellana² ou a de D. Franquelo,³ contribuíram para que Juana fosse vista como uma mulher que perdera a razão por causa do amor e, principalmente, dos ciúmes. Estes autores românticos exaltaram a importância dos sentimentos e emoções na história de uma rainha da Espanha, fazendo refletir no passado uma compunção idílica motivada por seu amor funesto, que na verdade era mais obra da criatividade dos escritores do que resultado de pesquisa documental. Nas artes plásticas, a tragédia na vida de Juana foi representada mais de uma vez por Francisco Pradilla, mostrando ora a rainha desolada ao lado do caixão de seu marido, num ambiente sombrio,⁴ ora senil, em seu asilo de Tordesilhas.⁵

² ORELLANA, Don Francisco José. *La Reina Loca de Amor*: historia romântica de Doña Juana de Castilla y D. Felipe el Hermoso. Barcelona: Imprenta Hispana de Vicente Castaños, 1862. Na capa desta edição, uma nota: “Escribela (sic) em forma de novela y estilo ameno, para recreacion y alivio de enamorados”.

³ FRANQUELO, Don Ramón. *Doña Juana La Loca*: drama histórico dividido em seis cuadros y escrito em verso. Salamanca: Imprenta de José Atienza, 1864. Na capa desta edição, uma nota: “Representado com aplauso em el Teatro del Principe la noche del 21 de Mayo de 1847.

⁴ PRADILLA Y ORTIZ, Francisco. *Doña Juana la Loca ante el sepulcro de su esposo, Felipe "el Hermoso"*. Óleo sobre tela. Museu do Prado, 1877, 340 cm x 500 cm.

⁵ PRADILLA Y ORTIZ, Francisco. *La reina doña Juana la Loca, reclusa en Tordesillas con su hija, la infanta doña Catalina*. Óleo sobre tela. Museu do Prado, 1906, 85 cm x 146 cm.

Imagem 1- PRADILLA Y ORTIZ, Francisco. *Doña Juana la Loca ante el sepulcro de su esposo, Felipe "el Hermoso", 1877.*



Disponível em: <http://beardedroman.com/?p=172> . Acesso em: 31 ago 2022.

Imagem 2 - PRADILLA Y ORTIZ, Francisco. *La reina doña Juana la Loca, reclusa en Tordesillas con su hija, la infanta doña Catalina, 1906.*



Disponível em: <http://arte-paisaje.blogspot.com.br/2013/10/dona-juana-la-loca-recluida-en.html>. Acesso em: 31 ago 2022.

Não foram os artistas românticos os únicos que remodelaram a imagem de Juana do século XIX. Historiadores e outros estudiosos, como Vicente de la Fuente e Gustave Bergenroth,⁶ se aventuraram a abordar o problema da patologia de Juana de forma psiquiátrica. Isso gerou um debate acerca da tese de que Juana seria não apenas louca, mas também herege. De la Fuente, por exemplo, argumentava que a loucura de Juana impediria que se pudesse considerá-la herege, na medida em que ela não podia fazer uso pleno da razão. Outros entendiam que ela nunca fora louca, mas, sim, rebelde contra o catolicismo. Bergenroth⁷ chegou mesmo a defender que Juana seria protestante, real motivo de seu encarceramento pela família.

Foi o debate em torno da loucura de Juana que motivou a publicação de fontes até então inéditas, como as editadas por Louis-Prosper Gachard.⁸ Este historiador belga foi um dos defensores da hipótese da loucura de Juana,⁹ o que significava, na época, inocentá-la das acusações de heterodoxia. Ele publicou documentos inéditos dos soberanos dos Países Baixos, pretendendo desmentir vários mitos que se haviam gerado através da análise das fontes originais. Gachard, Bergenroth e Antonio Rodríguez Villa,¹⁰ a propósito, foram alguns dos primeiros historiadores a revisitar as fontes históricas sobre Juana. Há algum tempo a historiografia deixou de debater a sanidade mental de Juana, ao menos em termos psicológicos. Os últimos foram Pfandl¹¹ e Sanz y Ruiz de la Peña,¹² que diagnosticaram a rainha com nada menos que esquizofrenia. Isso, segundo eles, explicaria seus momentos de lucidez temporária.

⁶ FUENTE, D. Vicente de la. *Doña Juana la Loca, vindicada de la nota de herejía*. Madrid: Imp. D. Dubrull, 1870, p. 6.

⁷ CARTWRIGHT, William. *Gustave Bergenroth: a memorial sketch*. Edimburgo: Edmoston & Douglas, 1870.

⁸ GACHARD, Louis-Prosper. *Collection des voyages des souverains des Pays-bas*. 4 tomos. Bruxelas: Commission Royale d'Histoire, 1876.

⁹ Cf. FUENTE, *op. cit.*, p. 26.

¹⁰ RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. *Bosquejo Biográfico de la Reina Doña Juana*. Madrid: Aribau, 1874.

¹¹ PFANDL, Ludwig. *Juana la Loca: Su vida, su tempo, su culpa*. Madrid: Espasa Calipe, 1943.

¹² SANZ Y RUIZ DE LA PEÑA, Nicomedes. *Doña Juana I de Castilla, la reina que enloqueció de amor*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1942.

Atualmente, os estudos acadêmicos sobre Juana vinculam-se mais a perspectivas de história de gênero e da arte.¹³ Entretanto, também são notórias as abordagens que levam em conta o uso político da figura de Juana. Bethany Aram,¹⁴ baseando-se na teoria dos “dois corpos do rei” desenvolvida por Ernst Kantorovicz, crê que Juana, por suas experiências femininas enquanto infanta e consorte, teria sentido dificuldade de adequar-se ao “corpo imortal do Rei”, inutilizando-a como rainha.

Cristina Segura Graiño,¹⁵ em consonância com Aram, analisou várias imagens de Juana em momentos diversos de sua vida. Cada uma delas foi interpretada a partir do modelo dos dois corpos do rei. A autora acredita que esses diversos imaginários elaborados sobre a pessoa da rainha, relacionadas mais ao seu corpo real ou corpo “individual”, poderiam servir para justificar sua presença ou ausência da política. Além disso, a partir da perspectiva do *linguistic turn* e dos estudos foucauldianos, Aram¹⁶ observa Juana como agente, isto é, como e de que maneira ela agiu segundo sua própria vontade. Para Aram, Juana voluntariamente escolheu dar vazão à sua própria lenda para assegurar a integridade da herança real de seu filho. A rainha não teria elaborado estrategicamente um plano para divulgar boatos de que estava louca; porém, ao conhecê-los, teria feito o possível para promovê-los, de forma que pudesse escapar de um segundo matrimônio e não perturbar a política castelhana.

¹³ GRAÑA CID, María del Mar. Mujeres perfectas, mujeres sabias: educación, identidad y memoria (Castilla, siglos XV-XVI)”, In: SEGURA GRAIÑO, Cristina (coord.). *La educación de las mujeres: libertad o subordinación*. Madrid: Al-Mudayna, 1996; SOLIÑO, María Elena. La iconografía de Juana La Loca: Representaciones de la locura femenina en pintura, teatro y cine”, In: BECERRA, Carmen (ed.). *Reescribir ficciones: imágenes de la literatura en el cine y la televisión*. Pontevedra: Mirabel, 2005; SOLIÑO, María Elena. Madness as Nationalistic Spectacle: Juana and the Myths of Nineteenth-Century History Painting. In: GÓMEZ, María; JUAN-NAVARRO, Santiago; ZATLIN, Phyllis (eds.). *Juana of Castile: history and myth of the mad queen*. Lewisburg: Bucknell University, 2008.

¹⁴ ARAM, Bethany. *La reina Juana: gobierno, piedad y dinastía*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

¹⁵ SEGURA GRAIÑO, Cristina. Utilización política de la imagen de la reina Juana I de Castilla. In: AMADOR CARRETERO, Pilar; RUIZ FRANCO, Rosario (eds.). *Representación, construcción e interpretación de la imagen visual de las mujeres*. Madrid: AEIHM-Instituto de Cultura y Tecnología Miguel de Unamuno, 2003.

¹⁶ ARAM, Bethany. Queen Juana: Legend and History. In: GÓMEZ, María; JUANNABARRO, Santiago; SATILN, Phyllis (eds.). *Juana of Castile: History and Myth of the Mad Queen*. Lewisburg: Bucknell University, 2010.

A partir dessa historiografia voltada para o estudo das representações políticas produzidas em contextos distintos da vida de Juana, passarei a analisar as várias representações do matrimônio de Juana e Felipe presentes nas fontes selecionadas. Aqui serão analisadas leis, uma crônica, epístolas e versos. A diversidade das fontes permitirá explorar contextos distintos, valorizando diferenças e semelhanças entre elas.

A análise legal do matrimônio apoiar-se-á em *Las leyes de todos los reynos de Castilla abreniadas y reduzidas en forma de Reportorio decisiuo por la orden del A.B.C.*,¹⁷ uma compilação das leis de Castela de meados do século XVI, de Celse-Hugues Descousu. Serão selecionadas as passagens que ajudam a compreender em que termos o direito de Castela definia o matrimônio, permitindo conhecer a concepção institucional sancionada pela autoridade régia.

A *Crónica de Felipe Iº de Castilla llamado el Hermoso*¹⁸ será de fundamental importância para a pesquisa, já que nos legou a maior quantidade de informação a respeito do casal. É preciso estar atento à maneira alegadamente verdadeira com que se escreviam as crônicas. Ainda que estas contenham camadas de verossimilhança, sem a qual perderiam sua eficácia argumentativa, não se pode desvinculá-las dos objetivos políticos que presidiam a sua encomenda. Trata-se, então, de uma versão do passado, construída de forma a atender à agenda do patrono. O próprio encadeamento da narrativa é orientado de modo que, aparentemente, ofereça uma versão inquestionável e coerente dos fatos.

É nesse sentido que também serão analisadas as correspondências de Felipe I, de Juana, Isabel e Fernando, e, ainda, de Gutierre Gomez de

¹⁷ DESCOSU, Celse-Hugues. *Las leyes de todos los reynos de Castilla abreniadas y reduzidas en forma de Reportorio decisiuo por la orden del A.B.C.* Original disponível na Universidade Complutense de Madri. Casa de Iuan de Brocar, 1540. Este documento foi escolhido em lugar das *Siete Partidas* pois, embora apoie-se nelas, Descousu rearranja as leis segundo sua própria lógica, explicando-as da forma que achou mais adequada às pessoas de seu tempo. Na data de publicação deste livro, Juana ainda era viva, o que nos permite maior proximidade temporal.

¹⁸ SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.). *Coleccion de documentos inéditos para la Historia de España*. Tomo VIII. Madri: Viuda de Calero, 1846. A crônica de Felipe I foi encomendada por Carlos V, seu filho, em 1538. Foi escrita por Lorenzo de Padilla, eclesiástico e cronista, no período de dois anos, conforme é dito em seu prefácio. Afirma ter buscado relatos sobre a vida de Felipe e Juana, que já em sua época seriam escassos.

Fuensalida,¹⁹ embaixador dos Reis Católicos nos Países Baixos. As cartas oferecem a possibilidade de observar a troca de informações, inclusive mais íntima, entre as pessoas objeto deste estudo. Os dilemas mais graves daquele matrimônio dificilmente apareceriam com detalhes nas crônicas, mas foram tratados nas cartas graças a seu caráter “privado”.

Por fim, também serão analisadas as *Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador*.²⁰ Esta fonte difere bastante das outras por se tratar de versos em homenagem ao casamento de Juana e Felipe, em 1496, apresentando uma leitura desta aliança a partir de uma perspectiva exterior à corte.

Para termos uma visão ampla do casamento de Felipe e Juana através das fontes selecionadas, a análise será feita gradativamente através de três eixos argumentativos para interpretar e explicar o matrimônio. O primeiro deles refere-se à esfera política, do poder e das relações públicas, pelo qual se tentará perceber de que maneira o uso político do matrimônio aparece nas fontes, e como as dinâmicas matrimonial e política se relacionam. Na segunda parte, será observado o foro íntimo e familiar do casal. Esse tipo de informação aparece de forma mais velada nas fontes. Por isso, a interpretação poderá ter mais lacunas do que a primeira categoria. Juana e Felipe tiveram um casamento conturbado também no aspecto íntimo, e, certamente, esse aspecto de suas vidas precisa ser levado em conta. De que forma as fontes abordam a relação entre marido e mulher? As fontes são unânimes no que dizem? Como são retratados os sentimentos entre o casal? Na última parte, se considerará o aspecto dinástico do casamento. Juana foi a última Trastâmara a reinar em Castela – ainda que nominalmente, o que não é de todo insignificante. Depois disso, suas terras foram associadas à linhagem dos Habsburgos. Aram²¹ opina que a integridade da herança de Carlos V teria motivado o isolamento de Jua-

¹⁹ FITZ-JAMES, Jacobo (ed.). *Correspondencia de Gutierre Gomez de Fuensalida, embajador en Alemania, Flandes é Inglaterra (1496-1509)*. Madrid: Duque de Berwick & Alba, 1907.

²⁰ BIEL, Fadrique. *Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador*. Burgos, Imprensa de Fadrique Biel, 1496. O documento não apresenta sua data de produção; provavelmente, é de 1496, pois fala da viagem de Juana para Flandres, mas não de seu matrimônio, ocorrido naquele mesmo ano.

²¹ ARAM, *op. cit.*, p. 37.

na em sua abstenção de atividades políticas. O que as fontes podem nos dizer a respeito disso?

O matrimônio era essencial para a reprodução da aristocracia, conferindo legitimidade à sua descendência. Compreender como as fontes apresentam o casamento, considerado como principal meio de garantir a manutenção da linhagem é um dos objetivos a que este trabalho se propõe. Serão ainda levadas em conta as possibilidades da eficácia e do poder de legitimação das representações do casamento de Juana e Felipe.

O matrimônio e a política

Neste item, será abordado de maneira particular o aspecto político do casamento de Juana e Felipe. A análise destacará seu caráter primordialmente diplomático não só nos primeiros anos do matrimônio, mas também durante toda a vida matrimonial. O intuito é demonstrar que tais matrimônios régios tinham caráter eminentemente político, manifestando-se em forma de aliança, da qual ele era símbolo e garantia. Nem sempre a política externa honrava a longo prazo as disposições concluídas por ocasião dos casamentos principescos, da mesma forma que esses matrimônios poderiam não seguir fielmente o que estava disposto nas leis. Portanto, as representações políticas do matrimônio de Juana e Felipe devem ser interpretadas a partir da cultura política dos séculos XV e XVI a respeito do casamento.

Entre a documentação que será usada nesta análise, há uma instrução dos Reis Católicos enviada a Gutierre Gomez de Fuensalida,²² entre 1495 e 1496, um de seus embaixadores nas terras do Império. Ele foi o responsável por organizar o matrimônio de Juana com Felipe e de Juan de Trastámara com

²² FITZ-JAMES, *op. cit.*, p. 1.

Margarida da Áustria.²³ Ou seja, um casamento em que os consortes eram irmãos.

Embora Juana e Margarida tenham tido trajetórias diferentes, a estratégia usada em seus desponsórios foi similar: alçar princesas com poucas chances de herdarem o trono à condição de consortes reais.²⁴ Assim, ambos os titulares de Aragão e Castela e do Sacro-Império teriam ao seu lado uma consorte da outra família, fortalecendo duplamente esta aliança.

No que diz respeito à instrução citada anteriormente, seu início manifesta o fim primordialmente político daqueles enlaces matrimoniais: auxílio mútuo no combate à França. Fernando e Isabel exortam Fuensalida a conseguir que as palavras de presente²⁵ fossem feitas assim que possível, e a convencer o Imperador a romper laços com a França, em defesa de Milão. Percebe-se que as negociações matrimoniais e a diplomacia são entendidas como assuntos da mesma ordem, de modo que um casamento régio reverbere para além do próprio reino.

Em relato enviado, os Reis Católicos explicam as razões de sua hostilidade relativamente à França, devido à invasão desta à Península Itálica, em direção

²³ Juan de Trastámara (1478-1497) era o segundo filho dos Reis Católicos e, por ser o único homem, o herdeiro do reino. Morreu no mesmo ano em que se casou com Margarida de Áustria (1480-1530), filha de Maximiliano I com Maria da Borgonha, irmã mais nova de Felipe *el Hermoso*. Havia sido prometida desde a infância como noiva do delfim de França, futuro Carlos VIII. O rei, porém, renunciou a este acordo. Depois da morte de Juan, casou-se ainda mais uma vez com Felisberto II de Saboia. Este matrimônio acabou depois de três anos, e ela foi nomeada governadora dos Países Baixos por seu pai. Margarida viria a ter um importante papel como educadora de Carlos V.

²⁴ Vale citar Francisco Brandão a respeito do casamento de D. Isabel de Aragão com D. Dinis de Portugal, no século XIII, com fim análogo: *Inclinouse com tanta facilidade el Rey de Aragão por muitos respeitos; hu deles foi despedir logo de sua casa para Rainha hua filha que tanto amava. O que não seria os outros Príncipes, que ainda não eraõ herdados; e nessas matérias obra muito o entrar senborendo logo, e não esperar para mandar*. BRANDÃO, Francisco. Da embaixada a Aragão sobre o casamento del Rey Dom Dinis. In: *Monarquia Lusitana*. Parte V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976, p. 58-70, *apud*: GIMENEZ, José Carlos. Alianças matrimoniais como estratégias políticas na Península Ibérica. In: GUIMARÃES, Marcella; FRIGHETTO, Renan (coord.). *Instituições, poderes e jurisdições: I Seminário Argentina Brasil-Chile de História Antiga e Medieval*. Curitiba: Juruá, 2007, p. 159.

²⁵ FITZ-JAMES, *op. cit.*, p. 1. Matrimônios desta estirpe normalmente eram feitos por palavras de futuro e/ou palavras de presente. Basicamente, palavras de futuro eram as combinações feitas de que um homem e uma mulher haveriam de se casar no futuro. A isso se chamava “desposorio por palavras de futuro”, que não constituía ainda um matrimônio válido e sacramentado. Seria necessário ainda que os nubentes, diante um do outro, confirmassem voluntariamente os votos de união em nome de Deus. Cf. VELAZCO PEREZ, Ignacio (ed.). *Las Siete Partidas del Rey Don Alonso*. Madrid: Imprenta de los señores viuda de Jordan e hijos, 1843.

a Nápoles, sobre a qual os Trastâmaras reivindicavam a posse. Esse documento deveria ser reportado ao Sacro Imperador, explicando porque ele deveria apoiá-los na luta contra a França.

É muito revelador o trecho seguinte:

Si el Rey de francia enviare alguna embaxada al Rey de Romanos para estorbar nuestros casamentos con ofrecimientos, digan nuestros embaxadores al dicho Rey que ya el sabe de que manera guarda el Rey de francia lo que promete, y puede conoser que si algo le promete no es para complirlo ni para otro bien suyo, salvo para estorballo (...). El principal fin de vosotros ha de ser dar priesa que los casamentos se acaben y pongan en obra y desviar todas las cosas que los pudiesen estorbar o alargar.²⁶

Está claro, portanto, que Fernando e Isabel tinham pressa em ver os casamentos realizados, principalmente o de Juan. Além de se tratar do casamento de seu herdeiro, e da segurança de manter sua descendência no governo de Aragão e Castela, também se preocupavam com o perigo que a França oferecia. Conforme se veria no futuro, os franceses tentaram impedir a realização desta união. Por isto essa instrução aborda ora os casamentos, ora a questão francesa: para Fernando e Isabel, eram questões a serem tratadas conjuntamente.

A história desse arranjo matrimonial foi contada, muitos anos depois, por Lorenzo de Padilla.²⁷ Em meio à narração de como se iniciou a contenda entre espanhóis e franceses, situa-se a negociação do casamento. Logo depois de ressaltar o descumprimento francês da promessa de devolver o Condado de Ruisellon a Aragão, Padilla explica que foi em Barcelona que os Reis receberam a comitiva do Imperador Maximiliano para combinarem como levariam a cabo o casamento duplo. Esse assunto foi tratado logo depois do rompimento da aliança com a França, observando ter sido essa ruptura o motivo

²⁶ FITZ-JAMES, *op. cit.*, p. 2-3.

²⁷ SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p. 21.

dos Reis apressarem os enlaces. Nesse momento Padilla²⁸ deixa entrever sua concepção do matrimônio régio. O acordo feito em Valladolid, no ano de 1488, entre os Reis Católicos e o Imperador já é referido como o próprio casamento. Nos termos de Padilla, foi “deseando el Rey y la Reina que estos casamientos hobiesen efeto” que se preparou a troca de noivas entre Castela e Flandres. Ora, tendo essa crônica sido escrita muitos anos depois dos acontecimentos relatados, pode-se imaginar que se falou dessa maneira sobre os enlaces porque já se sabia de seus desfechos. Não raro os arranjos matrimoniais eram rompidos mesmo depois de muitos anos, como foi o caso de Margarida, irmã de Felipe. Padilla desloca a data que marca o compromisso entre Juana e Felipe, ressaltando o compromisso antigo entre as Casas – mesmo que ainda cinco anos antes Margarida estivesse prometida a outro noivo. Essa estratégia discursiva contribui para dar mais respeitabilidade aos matrimônios. Afinal, em 1496, eles teriam se tornado efetivos, no momento em que os recém-casados consumaram a união.

Segundo as leis castelhanas da época, seguindo a teologia sacramental, “el matrimonio legitimamente contraydo no se disuelve ni deshaze [avn q el vno de los conyuges se tornare gaffo o leproso]”.²⁹ O rompimento de um matrimônio consumado requeria um trabalhoso processo de contra-legitimação da união por vias legais, que acabavam por justificar a separação do casal e um possível novo enlace.³⁰ Alianças feitas “para sempre” ainda estavam à mercê das mudanças circunstanciais. Não se perdia, porém, o referencial de vitaliciedade do casamento.

Assim, a mesma lei que garante a indissolubilidade do laço diz mais adiante:

²⁸ “Segun es dicho, el bastardo de Borgoña con poder del Archiduque de Austria y Duque de Borgoña, primogénito del Emperador Maximiliano, se habia desposado en Valladolid en nombre de Archiduque, con la Infanta Doña Joana; y en nombre de Doña Margarita, hija del Emperador, y con poder suyo, se habia desposado con el Príncipe D. Joan, herdero de Castilla. Deseando el Rey y la Reina que estos casamientos hobiesen efeto, mandaron aderezar armada y hacer gente para que pasase la Infanta Doña Joana en Flandes á se casar [...]”. Cf. SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, 1846, p. 35.

²⁹ DESCOUSU, *op. cit.*, fol. 217 r.

³⁰ Foi assim que o rei Henrique VIII tentou, sem sucesso, conseguir do Papa a anulação do seu casamento com a rainha Catarina, irmã mais nova de Juana.

“Puede se hazer divorcio avn que el matrimonio fuesse conraydo legitimamente y segun los mandamientos de la yglesia”.³¹ Isso, porém, nos casos em que um dos esposos, com o consentimento do outro, desejasse tomar ordens religiosas; ou, ainda, em casos de adultério “carnal ou espiritual”. Essa exceção abria precedentes para que os homens das leis argumentassem em favor de divórcios e anulações de matrimônio. Assim, pode-se entrever que alianças e pactos podiam ser entendidos de formas diversas, em momentos diferentes. Mais adiante: “el matrimonio que fuesse conraydo segun derecho sin justa causa y razon no se puede apartar”.³² Portanto, se há justas causas e razões para haver separação, ela pode acontecer.

Os trechos selecionados das leis castelhanas objetivam demonstrar de que maneira as leis daquela época comportavam algumas exceções, na medida em que se alinhavam com as circunstâncias do momento. Era uma cultura política na qual a lei tendia a se sujeitar ao costume, o que a tornava orgânica e capaz de adequar-se a situações que aparentemente seriam contrárias ao disposto nas leis. Exemplo disso é a fidelidade que marido e mulher devem guardar entre si;³³ a quebra desse preceito, porém, não acarreta na anulação do matrimônio. Felipe, *el Hermoso*, assim como vários reis antes e depois dele, também não parece ter sido fiel ao leito conjugal.

Segundo uma carta de Juana, que será analisada adiante, ela sofria de ciúmes do marido.³⁴ Este sentimento poderia ter sido originado apenas de pensamentos de Juana, mas sabe-se que Felipe tinha um comportamento pouco continente no que diz respeito às relações com as cortesãs ainda nos primeiros anos de seu casamento, em Flandres.³⁵ Não seria nenhuma surpresa se Felipe tivesse tido mesmo um filho bastardo, conforme Carlos V teria testemunhado em uma de suas viagens, anos depois da morte de seu pai.³⁶

³¹ DESCOURSU, *op.cit.*, fol. 219 r.

³² *Ibidem*, fol. 219 v.

³³ *Ibidem*, fol. 218 r.

³⁴ SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p. 293.

³⁵ ARAM, *op. cit.*, p. 154.

³⁶ VITAL, Laurent. *Relación del primer viaje a España de Carlos I: con su desembarco en Asturias*. Madrid: GEA, 1948.

O matrimônio de Juana e Felipe foi, portanto, arranjado como solução de um problema político muito claro: a guerra contra a França. Isso não impediria Felipe de tentar alcançar diversos acordos com a França, contrariando a vontade dos Reis Católicos e fazendo-os reconsiderar o propósito do casamento em que colocaram sua filha Juana.³⁷

Analisemos, agora, o poema de Fadrique Biel da Basileia por ocasião das bodas de Felipe e Juana. Trata-se de uma peça composta em oito fólhos, em verso, narrando a história da viagem de Juana para casar-se. Depois das epístolas de Fuensalida, este é o documento mais antigo deste repertório. Ao contrário das outras fontes, esta não foi escrita nem encomendada por um membro da nobreza. Fadrique Biel, um dos primeiros impressores em Burgos, tinha uma posição de destaque na sociedade, mas não pertencia às ordens superiores.

A riqueza de detalhes dos versos dá à descrição maior vivacidade. Embora muito do que Fadrique Biel diga provavelmente seja oriundo da sua criatividade, há que se prestar atenção ao que há de político em sua versão da realização do enlace. Assim diz:

*Altos reyes poderosos / por mano de dios vngidos / tan discretos animosos /
justiceiros piadosos / nunca vieron los naçidos / perdona los mis sentidos / pues
tomavan tal empresa / cavalleros muy luzidos / del império son salidos / por casar
la archiduquesa. / El muy alto emperador / sobre reyes mas subido / embio por
embaxador / de su tierra vn gran señor / quen espana fue venido / el qual viene
establescido / por su alteza prosperada / nuestro rey quando le vido / el le tiene
prometido / responder a su embaxada. / Respondióle su grandeza / com palavra
muy humana / que mirasse la lindeza / que tenia y gentileza / la su hija dona
juana / outro dia enla mañana / la muy alta poderosa / se mostro ala ventana / do
esta gente cortesana / salegro por ser hermosa.³⁸*

O recurso à imagens plásticas está presente ao longo de toda a obra. Louvam-se as virtudes dos “altos reis”, sua justiça, sua piedade, sua unção divina:

³⁷ Como se verá no próximo capítulo, isso poderia ter levado Isabel a tentar afastar sua filha do marido, no que foi malsucedida devido aos sentimentos apaixonados que ela nutria por ele. Cf. ARAM, *op. cit.*, p. 34 *et passim*.

³⁸ BIEL, *op. cit.*, *loc. cit.*

tudo isso contribui para a propagação da imagem de bons monarcas. Esta não é, porém, uma representação veiculada a partir da corte. Fadrique Biel mostra como os valores régios podem ser assumidos e propagados em meios comuns, reproduzindo modelos originários das classes superiores.

Segundo a perspectiva de Fadrique Biel, foi o Sacro Imperador que tomara a iniciativa de consolidar a união com os Reis Católicos. Ele teria mandado seu embaixador para a Espanha a fim de pedir a mão de Juana para seu filho. É preciso que o embaixador veja se a princesa tem bela aparência e modos gentis. Esses aspectos positivos da sua aparência denotam, de certa forma, a qualidade do próprio reino. A boa filha que o rei dá em casamento deveria representar, assim, a sua boa-fé para manter a aliança com aquele a quem entrega Juana.

Os versos seguem, então, uma linha de acontecimentos muito afortunada e quase sem reveses, exceto quando narra o episódio imaginário do ataque bretão à frota espanhola, o que representaria um momento de drama antes do grande sucesso:

Ya despues que hizo vela / enla mar con sus varones / ven salir dela rochela / mucha nao y caravella / con grand flota de bretones / mas sus falsas opiniones / por mal cabo los echaron / pues en fin de conclusiones / el armada despañones / la su flota les tomaron. / Ya despues que los vécieron / vsen vsen crueldad / que esto bien lo merecieron / por lo que acometieron / con su mala propiedad / mas su alteza y realidad / hizo con los cavalleros / que vsassen de bondad / pues a su grande majestad / se le dan por prisioneros.³⁹

Apesar do contratempo, Juana teria sido bondosa com seus inimigos, em demonstração da virtude da piedade que Fadrique já louvara em seu pai. Depois de vencido o obstáculo, procede-se aos grandes festejos pela chegada da noiva de Felipe:

Alli vi las dos naçiones / conla su comunidad / alemanes españoles / con solènes processiones / reçebir su potestad / porque hablando la verdad / nunca vieron los humanos / tan rica solénidad / enla grande cristiandad / no se acuerdan los romanos.

³⁹ BIEL, *op. cit.*, *loc. cit.*

Nos versos de Fadrique, tal como nas cartas e nas crônicas, o fim político do matrimônio foi explicitamente exposto: a união entre alemães e espanhóis representada por membros de suas respectivas casas reais contribui para aumentar a glória desse matrimônio. O poder, a solenidade, as comunidades das duas nações que se encontram para celebrarem juntas a união que aumentará o poder dos bons cristãos – contrapondo-os, por exemplo, aos bretões subjugados.

Nesse sentido, as diversas representações do matrimônio de Juana e Felipe são unívocas no que diz respeito à finalidade primeira dessa união, qual seja, a aliança entre “alemães e espanhóis”. Não somente as fontes de procedência aristocrática seguiam essa regra, como também os versos editados por um súdito alheio à corte. Ao celebrar de forma tão positiva a finalidade política do matrimônio, Fadrique Biel reproduz valores normalmente associados às ordens superiores, possível reflexo do longo processo de disseminação dos valores da cultura nobiliárquica entre os membros das ordens inferiores.⁴⁰

Intimidade matrimonial

Os dramas ficcionais de alguns autores do século XIX construídos em torno do matrimônio de Juana e Felipe⁴¹ se inspiraram na relação pessoal entre os cônjuges. Ao analisar o aspecto íntimo do matrimônio, é preciso escapar da tendência de interpretar o relacionamento do casal segundo padrões atuais. A intimidade de um casal, entre os séculos XV e XVI, pode ser difícil de des-

⁴⁰ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Cf. ARIÉS, Philippe. CHARTIER, Roger. (org.). *História da Vida Privada*. Tomo 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 169-210. Fadrique Biel não é, entretanto, um exemplo exímio de homem da cultura popular. Ele fazia parte da pequena parcela da população letrada, capaz de escrever obras em verso, e dono da primeira imprensa de Burgos. Se por um lado ele não tinha, até onde sabemos, vínculos pessoais com a dinastia reinante, demonstra possuir um nível de cultura mais elevado que a maior parte da plebe.

⁴¹ ORELLANA, Don Francisco José. *La Reina Loca de Amor*: historia romántica de Doña Juana de Castilla y D. Felipe el Hermoso. Barcelona: Imprenta Hispana de Vicente Castaños, 1862. Na capa desta edição, uma nota “Escribela (sic) en forma de novela y estilo ameno, para recreacion y alivio de enamorados”; FRANQUELO, Don Ranon. *Doña Juana La Loca*: drama histórico dividido en seis cuadros y escrito en verso. Salamanca: Imprenta de José Atienza, 1864. Na capa desta edição, uma nota: “Representado con aplauso en el Teatro del Principe la noche del 21 de Mayo de 1847”.

velar através das esparsas informações marginalmente encontradas nos registros escritos, principalmente nos de caráter público.

Na época, não apenas o pudor e os preceitos da dignidade e do recato requeriam que se guardasse silêncio sobre a vida íntima, mas também a fragilidade do poder tornavam perigosos quaisquer rumores negativos a este respeito.

O primeiro encontro de Felipe e Juana, segundo a crônica de Padilla, teria sido expressivamente positivo. Seu relato insinua a ansiedade do casal de desfrutar das liberdades do casamento. Depois de dizer que Felipe, por se encontrar em terras distantes, não pudera receber Juana ao chegar em Flandres, assim descreve o encontro dos jovens prometidos:

Y pasados diez ó doce dias que estaba en esta villa [Liera], llegó allí el Archiduque aborrado con poca gente porque vino apresuradamente en posta; y acompañáronle Musiur de Vergas y ciertos caballeros, y luego esta noche fué a ver la Archiduquesa. [...] y esa misma noche se desposaron por manos de D. Diego de Villascusa, capellan mayor, [...] Y luego esa noche consumieron el matrimonio, y otro día se casaron.⁴²

Segundo Padilla, o apressado Felipe não esperou sequer até a grande cerimônia pública: na casa do abade que hospedava Juana, ele a desposou, presumivelmente com o intuito de consumir o casamento naquela mesma noite. Juana talvez pudesse ter dispensado Felipe naquela noite, já que a cerimônia estava prevista para ser celebrada num outro dia. Logo, subentende-se que ela também o desejou. A narrativa de Padilla apresenta uma imagem de Juana que se aproxima à de uma dama comum da sociedade de corte.

Assunto de especulação política, a gravidez da arquiduquesa afetava milhares de pessoas, direta e indiretamente. A geração de filhos legítimos era o fim primordial de um matrimônio, e a expectativa de um primogênito deve ter sido grande, ao longo de cerca de um ano e meio, até o nascimento de Carlos, no início de 1500. Padilla diz que não somente a família rejubilou-se com o acontecimento,⁴³ mas toda a cidade de Gante. Preparou-se mesmo uma “pipa

⁴² SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p. 40-41.

⁴³ SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p. 63.

con leña y fuego artificial” no alto da torre de uma igreja para que, se o filho fosse homem, a detonassem, para celebrar a notícia.

Foi esse mesmo Carlos que, muitos anos depois, encomendou que Lorenzo de Padilla escrevesse a história de seus pais. Não surpreende, portanto, a longa descrição dos festejos e comemorações em sua honra, dos seus padrinhos de batismo, dos nobres que o foram visitar, tanto por terra, quanto por mar, e dos presentes recebidos.

A crônica de Padilla não comenta quaisquer aspectos da intimidade do casal nos anos seguintes, até o episódio emblemático de 1503. Nesse ano, Juana, num acesso de fúria em Medina del Campo, teria se rebelado contra a mãe por não a deixar viajar para encontrar-se com Felipe. Padilla narra os acontecimentos da seguinte forma:

El Príncipe D. Felipe segund he dicho, estuvo alguna parte deste año en Alesburque del condado de Tirol con el Emperador su padre, holgándose y dándole parte de sus negocios [...]. Y de aquí el Príncipe se vino á Flándes; y avisada la Princesa como su marido era vuleto á Flándes, suplicó muchas vezes á la Reina su madre que le diese licencia para se volver á su marido. La Reina disimulaba esto porque en la verdad quisiera que su hija no volviera á Flándes por estonces, porque se sentia mal dispuesta de la enfermedad que murió. Y como la Princesa queria tanto á su marido, perdida esperanza de que la Reina no le daria licencia, se determinó de ir á Flándes. Y estando aposentada en la Mota de Medina, mandó aderezar su casa para irse. Y cuando la Reina lo supo ya llevaban las mulas, y mandólas detener, y envió á D. Joan de Fonseca, obispo de Córdoba, á hablar á su hija [...]. Cuando el obispo llegó, ya la Princesa estaba á la puerta de la fortaleza, que salia, y el obispo le suplicó que se volviese á su aposento que no se fuese sin licencia de la Reina su madre [...]. Y la Princesa se quedó entre las dos puertas porque no quiso entrarse dentro, ni la dejaban salir afuera [...]. [Juana] quedó tan enojada que aquella noche durmió entre ambas puertas en cierta garita donde le aderezaron su cama. Y no obstante que la Reina estaba mal dispuesta, otro dia de mañana vino en una litera á ver á la Princesa á la cual halló muy enojada, y rogóle muy afectuosamente que se volviese á entrar en su aposento, prometiéndole que en viniendo el Rey su padre de Aragon, la enviaria á su marido como era de razon, y que nunca Dios quisiese que su voluntad della ni la del Rey su padre era de la descasar de su marido, y que si otra cosa le habian dicho sobre aquel caso, que no lo creyese. Y con esto se satisfizo la Princesa.⁴⁴

⁴⁴ SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p. 113-115.

Em um dos raros momentos em que Juana protagoniza a narrativa, ressaltase o conflito entre o dever filial e a paixão ao amado. Negando que Isabel desaprovasse Felipe, ou que quisesse “descasá-los”, sua única intenção seria preparar sua sucessora iminente. Essa representação combina com o momento em que Isabel acompanha Juana até o navio para Flandres, demonstrando carinho, zelo materno, e aprovação da união.

Juana, por outro lado, aparece aqui como filha ingrata, que não percebe o esforço da mãe preocupada com seu bem. Cega pela paixão, incapaz de controlar seus sentimentos nocivos, ofende sua própria dignidade real e reputação ao revelar querelas do seio íntimo da família. Padilla, portanto, achou válido apresentar um acontecimento que glorifica Isabel – e, como logo se verá, também Felipe – às custas de deixar uma marca negativa na reputação de Juana.

Além das circunstâncias peculiares do primeiro encontro de Felipe e Juana, a querela entre mãe e filha foi a única referência indireta do autor aos sentimentos do casal. A despeito da mancha que deixa no caráter de Juana, o relato a justifica por razões sentimentais. O sucesso dessa aliança matrimonial transcendia a política, abrilhantado pelo verdadeiro amor conjugal.⁴⁵

Embora não se esperasse que os matrimônios políticos resultassem em amor mútuo, certamente era bom que esse sentimento aflorasse entre esposos. Por isso, a demonstração de amor incondicional de Juana pelo marido, a ponto de desobedecer às ordens da mãe, também demonstra a sua fidelidade. Como se verá mais à frente, a passividade de Juana em relação ao marido teria justificado o que foi interpretado como “usurpação” do trono castelhano por Felipe.

Antes, porém, de chegar a esse tópico, será útil comparar a narrativa de Padilla ao relato de Fuensalida, sobre uma desavença entre Felipe e Juana ocorrido em Bruxelas, depois que ela conseguiu voltar a Flandres – ou seja, depois do episódio passional de Medina del Campo. O contraste entre a crônica e a carta revela duas representações distintas do casamento. Neste caso, temos o privilégio de observar a reconstrução de um diálogo do casal:

⁴⁵ Aquele ancorado na moral cristã, exposta na compilação de DESCOUSU, *op. cit.*, fol. 217 r.

Segun me han dicho de algunas palabras que la Princesa [Juana] dixo al Príncipe [Felipe], que fueron estas: Yo os escriui que guardasedes vuestros hijos, que os los querian traer a España. El Príncipe respondió: Yo no se como pudyese ser esto syn mi voluntad. Dixole: Sy, que yo lo se y puedese hazer. Diz que el Príncipe le respondió: Yo no se como se pudiese hazer, y yo se por doñana de Biamonte que no me haria trayçion, ni el comendador de Haro no entenderia en hazer cosa que no pudyese salir, ni el Rey ni la Reyna, mis Señores, no avian de tentar cosa que no fuese a mi plazer, pues que yo los tengo de servir a su voluntad.⁴⁶

Este diálogo contrapõe-se à imagem subserviente de Juana construída por Padilla. A desavença teria ocorrido na corte e já estaria sendo comentada pelos cortesãos. Fuensalida escreveu no mesmo dia para dizer que, enquanto Felipe continuava a recebê-lo bem, Juana se recusava a encontrá-lo em quaisquer circunstâncias, o que muito o ofendia.⁴⁷

Atribui-se um tom de desafio a Juana frente ao marido que não se observa em nenhuma parte das crônicas. Não se sabe o desfecho da querela, mas Fuensalida leva a crer que Juana não aceitou pacificamente a resolução do marido. Reafirma-se, no entanto, o caráter passional e emotivo de Juana, aludido por Padilla. Esses atos de Juana serão, a partir de então, cada vez mais interpretados como evidências de sua falta de juízo.

Passaremos agora à fonte em que culminam todos os aspectos abordados até aqui, no que concerne à intimidade do casal: uma carta em nome da própria Juana.⁴⁸ A questão mais emblemática da relação pessoal e íntima entre Juana e Felipe é, provavelmente, a maneira como ela teria cedido poder em favor do protagonismo político dele. Para que se possa averiguar a origem deste mito, faz-se necessária a reprodução integral desta carta enviada para seu embaixador na Espanha quando Juana ainda se encontrava em Bruxelas, depois da morte de sua mãe:

La Reina Monsiur de Beyre: hasta aquí no os he escrito porque ya sabeis de cuan mala voluntad lo hago; mas pues allá me judgan que tengo falta de seso, razon es de

⁴⁶ FITZ-JAMES, *op. cit.*, p. 256-258.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 259.

⁴⁸ A carta foi forjada pelos conselheiros de Felipe. ARAM, Bethany. *Juana the Mad: Sovereignty and Dynasty in Renaissance Europe*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2005.

tornar en algo por mí como quiera que yo no me debo maravillar que se me levanten falsos testimonios, pues que á nuestro Señor gelos levantaron. Pero por ser la cosa de tal calidad y maliciosamente dicha en tal tiempo, hablad con el Rey mi Señor, mi padre, por parte mia, porque los que esto publican no solo hacen contra mí, mas tambien contra S. A. porque no falta quien diga que le place á causa de gobernar nuestros reinos, lo qual yo no creo seyendo S. A. [Fernando] Rey tan grande y tan católico, é yo su hija tan obediente. Bien sé que el Rei mi Señor [Felipe] escribió allá por justificarse quejándose de mí en alguna manera; pero esto no debiera salir de entre padres é hijos, quanto mas que si en algo yo usé de pasion y dije de no tener el estado que convenia á mi dignidad, notorio es que no fué otra la causa sino celos; é no solamente se halla en mí esta pasion, mas la Reina mi Señora [Isabel], á quien Dios dé gloria, que fué tan excelente y escogida persona en el mundo, fué así mismo celosa; mas el tiempo sanó á S. A. como placirá á Dios que hará á mi. Yo vos ruego é mando que hableis allá á todas las personas que veais que conviene, para que los que toviesen buena intencion se alegren de la verdad, y los que mal deseo tienen, sepan que sin duda quando yo me sintiese tal cual ellos querian, non habia yo de quitar al Rey mi Señor, mi marido, la gobernacion desos reinos y de todos los poderes que yo pudiese, así por el amor que le tengo y por lo que conozco de S. A. como porque conformándome con la razon no podia dar á otro la gobernacion de sus hijos y mios y de todas sus subcesiones, sin hacer lo que no debo. Espero en Dios que muy presto serémos allá donde con mucho placer me verán mis buenos súbditos é servidores.⁴⁹

Questões que se tornaram assunto de debate nos séculos posteriores, apresentam-se nesta missiva, como a “falta de siso”, o exemplo maternal, os ciúmes e a paixão por Felipe. Essa carta forjada seria uma reclamação de Juana sobre a intrusão indevida nos assuntos internos da família. Isso já preocupara Fuensalida, para quem as informações sobre as desavenças entre Felipe e Juana deviam chegar aos Reis Católicos da forma mais secreta o possível. Portanto, nota-se que há um zelo pela preservação dos assuntos íntimos da família. O combate à má-fama é, finalmente, um dos propósitos da crônica de Padilla.

Nota-se, nas cartas, uma semelhança no que se refere à representação dos conteúdos políticos do matrimônio de Felipe e Juana, diferentemente da tipologia documental analisada antes. Crônicas e correspondências adotam, portanto, modelos e estratégias diversos para se referir às relações do casal. Essa discrepância provavelmente se deve ao caráter fugaz da intimidade matrimo-

⁴⁹ SALVÁ; BARANDA, *op. cit.*, p 291-293.

nial, que em geral não era abordado nas crônicas e nas obras de divulgação pública.

Por outro lado, a correspondência tende a ser mais profícua nos detalhes íntimos. Nela, a reorganização conveniente das histórias não aparenta ser tão contundente a ponto de silenciar informações que claramente poderiam prejudicar seus destinatários. A ideia, ao contrário, era avisá-los de acontecimentos que poderiam afetá-los. O caráter sigiloso de tais informações também as tornava alvos de potenciais elaborações retrospectivas conflitantes. Dado que diziam respeito a um ambiente reservado, é possível que versões distintas fossem difundidas com acréscimos de segunda mão. E, uma vez divulgadas, poderiam se tornar armas políticas para os inimigos. A alegada carta de Juana tem o propósito de retomar o controle do que se dizia sobre sua vida matrimonial. Os efeitos da dinâmica peculiar entre política e intimidade matrimonial no casamento de Felipe e Juana foram ambivalentes, em termos da legitimidade e da eficácia matrimonial. Todavia, mesmo os aspectos negativos foram rearranjados historicamente de modo a favorecer a política castelhana.

A linhagem nobiliárquica

Uma vez considerado o aspecto político do matrimônio, assim como o nível menos ostensivo da relação do casal, analisaremos agora o que a união entre Juana e Felipe representou para as respectivas linhagens, em termos de prestígio e legitimidade.

A legitimidade da descendência régia estava vinculada à legalidade do laço matrimonial. Embora existam casos excepcionais em que filhos bastardos ascenderam ao poder em contextos problemáticos de sucessão ao trono,⁵⁰ tais circunstâncias exigiam um trabalho de legitimação e de reconstrução da memória. Além disso, uma vez no poder, os bastardos continuariam sua linhagem através de um matrimônio legítimo.

Tal concepção pressupõe o estabelecimento de uma cultura em torno do matrimônio, como meio ordinário para validar a prole do casal, a qual seria o

⁵⁰ Talvez o exemplo mais conhecido para a Península Ibérica seja o do rei D. João, Mestre de Avis (1357-1433).

produto da consumação. A celebração e a consumação do matrimônio possuíam, assim, caráter público, como já referido. O reconhecimento geral da legitimidade de nascimento do herdeiro interessava a todos, pois do contrário poderiam sobrevir questionamentos perigosos para a ordem estabelecida.

Ao final do século XV, o casamento entre famílias reais já se tornara um preceito, ainda que houvesse exceções. As leis castelhanas previam que, mesmo na possibilidade de casamento entre um nobre com uma mulher “de vil linhagem”, a esposa adquiria o título do marido. Percebe-se, então, a potência virtuosa do casamento para equalizar os nubentes num mesmo lugar social, tal como prefigurado na literatura cristã com a referência a dois corpos que se tornam um só.⁵¹ Dessa forma, teria Felipe, após a morte de Isabel a Católica, se sentido no direito de reinar no lugar de Juana, enquanto marido?

Primeiramente, cumpre destacar as observações de Descousu sobre as leis de Castela a respeito de um matrimônio nobiliárquico:

*Ayuntando se marido, y muger por auer linage, no peccan: y se el vno se ayuntare con el otro, no por que aya voluntad, mas por que al otro lo pidió, ansi mismo no pecca: ni aquel que vencido de la carne se ayunta con el otro por no caer en fornicio, ni adulterio.*⁵²

Entendia-se que o título do marido estende-se à mulher. Juana recebeu, portanto, os títulos de seu marido, tornando-se Arquiduquesa de Áustria após o casamento. Felipe, por sua vez, foi jurado Príncipe de Astúrias juntamente com Juana, quando chegou a ocasião de ela ser declarada herdeira de Castela.

Entretanto, a mulher perderia as prerrogativas de seu marido se, tendo ele falecido, ela se casasse com outro. Nesse caso, um possível segundo casamento de Juana teria alterado desvantajosamente as oportunidades que ela e o marido haviam reunido para a sua descendência. Por isso, há um debate historiográfico⁵³ a respeito da possibilidade de Juana ter se aproveitado dos ru-

⁵¹ Cf. DESCOSU, *op. cit.*, p. 217r.

⁵² Cf. DESCOSU, *op. cit.*, p. 217r.

⁵³ ARAM, *op. cit.*, *loc. cit.*

mores a seu respeito, evitando o assédio de novos pretendentes, e garantindo, para o futuro Carlos V, o império que o casal reuniu com o seu casamento.

Surpreende que Descousu explique que casar “por haver linhagem” não seja pecado, quando já nos acostumamos a pensar que esse tipo de união era natural para a época. Mas o autor achou necessário ressaltar que uma união, para ser válida, não precisava ser fundamentada necessariamente em sentimentos mútuos entre os esposos. Um casamento fundado no desejo espontâneo dos esposos tornava-se assim um ideal que, embora fosse valorizado positivamente, não era imprescindível.

Nota-se, então, que um casamento desejado era superior a um casamento consentido. No que se refere a Juana e Felipe, ainda que seu enlace tenha sido arranjado por motivos de linhagem, em termos das representações adotadas pelas fontes, ele também foi desejado. O modo como eles anteciparam o casamento, bem como as histórias de ciúmes de Juana, indicam o interesse de representá-lo assim. Está claro, portanto, o significado duplo do casamento de Juana e Felipe: um casamento político consumado pelo amor entre os dois, atribuindo um grau maior de perfeição à união sacramentada, por corresponder ao ideal.⁵⁴

Essa conjectura, porém, somente pode ser feita *a posteriori*. Cabe verificar, então, como foi interpretada a união, quando de sua realização, tendo em vista os significados para a linhagem. Para isso, recorreremos novamente ao poema de Fadrique Biel sobre Juana:

*La su vista animosa / tiene tanta claridade / como piedra virtuosa / quera clara
relumbrosa / resplandece su beldade / la su grand abelidad / era bien merecedora /
de tener altividad / su alteza realidade / de ser mas quenperadora. / Su alteza
ataviada / vos dire como la vi / com vna ropa colorada / descarlata muy preciada /
aforrada en carmesi / ella trae vn gran robi / y otras piedras relumbrosas / quel
claror que dan de si / alumbrassen por aqui / alas noches tenebrosas.⁵⁵*

⁵⁴ DESCOSU, *op. cit.*, p. 217r.

⁵⁵ BIEL, *op. cit.*, *loc. cit.*

Mais do que galanteios, os louvores referem-se ao momento em que Juana aparece aos enviados de Flandres. Todas as virtudes, a beleza, a habilidade, o merecimento e a altivez da noiva não são apenas atributos pessoais, mas também herança. Fazem jus à honra da família como parte de um repositório de benefícios providencialmente dispensados aos seus membros. Segundo o poeta, não haveria dúvidas de que ela nascera para “ser mais que imperadora”.

Sobre a chegada de Juana a Flandres:

Con trompetas y clarones / han llegado do querian / con solénes processiones / alemanes bergoñones / a su alteza reçibian / las musicas que tañian / son de tales perficiones / que todos quantos las oyan / conel gozo que sentian / alegre sus coraçones. / Salen luego cien donzellas / a su alteza recibir / las sus caras son tan bellas / como el sol y las estrellas / quando quieren reluzir / se bastasse mi escrevir / porque enesto bien se lea / segund fue mi presumir / escomiençan de dezir / magnifica anima mea. / Los nobres comunales / quando ellos lo supieron / arçobispos cardenales / cavalleros principales / a su alteza rescibieron / grandes salas les hizieron / a su alteza y señoria / por las calles do vinieron / con proçeçiones salieron / la soléne clerezia. / Canciones muy alegres / escomiençan de cantar / los ombres y mugeres / hazen juegos y plazerres / que son largos de contar / escomiençan de iustar / los mayores dela villa / y otros de festejar / y las justas ordenar / ala guisa de castilla. / Torneos de mill maneras / hazen por las generosas / muestran joyas las joyeras / por las calles y carreras / queran lindas y vistas / vido cosas muy hermosas / de gracioso parecer / piedras relumbrosas / en damas valerosas / de gentil resplandecer.⁵⁶

Soldados, nobres, clérigos, cavaleiros, damas e todos os envolvidos nas celebrações são súditos de Felipe, e representam-no. Mais do que a união de duas casas, trata-se da união de duas famílias reinantes, cujos súditos refletem também a alegria de seus senhores. Alemães e borguinhões vão em procissão receber Juana. É provável que essa seja uma referência à ascendência do Felipe, filho de uma duquesa borguinã com o Imperador dos germânicos.

O poeta termina com os seguintes versos:

Alegré se las españas / los que enellas moraran / pues las altas alemañas / con aquestas sus bazañas / muy alegres quedarán / avn os digo que dirán / o gracioso

⁵⁶ BIEL, *op. cit.*, *loc. cit.*

*gran misterio / todos quantos lo oyran / en sus tierras gozaran / ende mas enel imperio.*⁵⁷

A jornada de Juana é recompensada pelo encontro do noivo. Mais uma vez, a felicidade dos dois é também felicidade das suas linhagens, e até dos súditos. Percebe-se, assim, como o matrimônio de Juana estava voltado para sua ascensão ao Sacro-Império ao lado de Felipe, e a história que antecede a união serve como fator de enobrecimento da união entre “espanhóis” e “alemães” contra os franceses, vencidos na pequena batalha marítima, que prenunciam as futuras.

Ao fim do texto, foi inserida uma imagem na qual podemos ver uma figura masculina depositando uma folha na mão de uma dama:

Imagem 3 - Juana recebe os versos de Biel?



BIEL, Fadrique. *Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador*. Burgos: Imprensa de Fadrique Biel, 1496.

⁵⁷ *Idem.*

Sendo Juana a figura central de seu texto, é justo entender que é ela a representada na imagem. O poeta ajoelhado rende-lhe homenagem, mas também à linhagem que ela representa e que perpetuará ao casar-se. Mais ainda, fascina-o a ideia de Juana imperatriz.

As representações matrimoniais servem ao propósito de legitimação de suas linhagens através da honra, do poder, da popularidade, mas, também, e, principalmente, por meio de boas relações entre esposos. Uma relação de amizade entre eles significa uma relação amigável entre reinos, um terreno fértil para políticas conjuntas. No que concerne à linhagem, o casamento de Juana e Felipe excedeu as expectativas.

Considerações finais

Com base na análise de fontes distintas, identificamos alguns padrões nas representações do matrimônio de Juana e Felipe. O enlace matrimonial foi motivado principalmente pela necessidade de ajuda mútua contra a ameaça crescente da França, motivação registrada nas fontes de forma unívoca. Por outro lado, no que concerne ao relacionamento pessoal do casal, diversas vezes observamos contrastes entre as representações do matrimônio, de acordo com a agenda política dos autores.

As relações entre Juana e Felipe, inicialmente de mútua afeição, teriam sido desequilibradas pelos ciúmes dela diante das infidelidades do marido. Esse tipo de informação escapa às fontes emitidas por autoridades régias, mas revela-se nas correspondências privadas.

O caso de Felipe e Juana é certamente incomum, embora seja discutível se ele pode ser considerado diferente dos outros matrimônios em aspectos essenciais. Conforme abordado no início, o termo *matrimônio* abrange uma multiplicidade de casos dissimilares. O de Juana e Felipe, segundo a cultura política dos séculos XV/XVI, respondia aos critérios de legitimidade necessários. O que o distinguiu da maioria foi a notória importância que os sentimentos alcançaram na vida do casal, principalmente pelo comportamento atribuído a Juana, incapaz de mantê-los na esfera íntima.

Por outro lado, a política nos séculos XV/XVI, assim como em períodos anteriores e ainda seguintes, era indissociável da personalidade de seus agentes. Embora indesejadas, as atitudes de Juana não eram completamente estranhas ou inesperadas. O imaginário e a experiência sociais conheciam outras figuras políticas ‘idiossincráticas’, que ficaram famosas.

Desse ponto de vista, o casamento de Juana e Felipe não teria sido uma experiência inédita, mas incomum. A partir dele, se pode observar como os sujeitos históricos lidaram com o modelo matrimonial vigente apesar das suas inquietações pessoais, permitindo-nos vislumbrar diferentes modulações daquele modelo. Os comportamentos de Juana e Felipe, conforme apontado, muitas vezes causaram estranhamento aos que os presenciavam. Não foi, entretanto, o bastante para desqualificá-lo.

Outro exemplo da maneira como a análise desse matrimônio revela excepcionalidades, mesmo em termos políticos, é perceber como ele foi primordial para a alegação de loucura de Juana, tornando-a incapaz de reinar. Para um rei, a alegação de insanidade era uma das mais prejudiciais, pois dificilmente poderia ser contornada se houvesse evidências conclusivas. O afastamento de Juana do trono, independentemente de ter sido voluntário, ou não, apoia-se na justificativa de que sua insanidade seria fruto de um matrimônio instável.

As fontes parecem apontar em direção a um resultado matrimonial politicamente vantajoso para Felipe e emocionalmente ambivalente para Juana. Entretanto, em termos de resultado ulterior, a vida matrimonial ruim foi também a fonte dos problemas pessoais mais graves do casal a longo prazo: acabou por tornar Juana instável emocionalmente, tornando-a uma constante fonte de preocupação para seus pais e para Felipe. É assim que se justifica a decisão de encerrá-la em Tordesilhas, em favor de homens mais aptos ao exercício do poder. Finalmente, para que não se levantassem dúvidas sobre a legitimidade daqueles que governavam *de facto* em nome de Juana, usaram-se os rumores que já circulavam sobre a sanidade de Juana para reputá-la como louca e isolá-la.⁵⁸

Portanto, o caso de Juana e Felipe não foi uma exceção à regra. Seguiu-se, na maioria dos aspectos, aquilo que se esperava e se demandava de um casal nobre e régio.⁵⁹ Entretanto, as circunstâncias tornaram-nos protagonistas de um casamento perigoso, tangenciando diversas vezes os limites da legitimidade, com atitudes que fugiam ao padrão de normalidade da época. O estudo desse matrimônio contribui para entender, tendo em vista os estudos de comportamento e cultura política matrimonial, como um caso extremo pode se enquadrar em formas e representações que não colocuem sua validade em xeque.

⁵⁸ Os *Comuneros* de Castela, em 1520-21, chegaram a libertar Juana e a pedir-lhe que reclamasse o trono que era seu por direito. Inicialmente, ela hesitou, mas acabou por reconhecer seu filho como verdadeiro e legítimo governante. Esta atitude reforça a ideia de que Juana aceitava seu isolamento com complacência.

⁵⁹ Isto é, um casamento conforme a cultura e a moralidade cristã segundo a forma que assumiam naquela época. Cf. DESCOURSU, *op. cit.*, fol. 217 r.

Referências

Fontes documentais

BIEL, Fadrique. *Coplas hechas sobre el casamiento de la hija del Rey de España con el hijo del Emperador*. Burgos: Imprensa de Fadrique Biel, 1496.

DESCOUSU, Celse-Hugues. *Las leyes de todos los reynos de Castilla abreniadas y reduzidas en forma de Reportorio decisino por la orden del A.B.C.* Original disponível na Universidade Complutense de Madri. Casa de Iuan de Brocar, 1540.

FITZ-JAMES, Jacobo (ed.). *Correspondencia de Gutierre Gomez de Fuensalida, embajador em Alemania, Flandes é Inglaterra (1496-1509)*. Madrid: Duque de Berwick & Alba, 1907.

GACHARD, Louis-Prosper. *Collection des voyages des souverains des Pays-bas*. 4 tomos. Bruxelas: Comission Royale d'Histoire. 1876.

SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro de (org.). *Coleccion de documentos inéditos para la Historia de España*. Tomo VIII. Madrid: Viuda de Calero, 1846.

VITAL, Laurent. *Relación del primer viaje a España de Carlos I: con su desembarco en Asturias*. Madrid: GEA, 1948.

Bibliografia

ARAM, Bethany. *La Reina Juana: gobierno, piedad, dinastia*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BECERRA, Carmen (ed.). *Reescribir ficciones: imágenes de la literatura en el cine y la televisión*. Pontevedra: Mirabel, 2005.

CARRETERO, Pilar Amador; FRANCO, Rosario Ruiz (eds.). *Representación, construcción e interpretación de la imagen visual de las mujeres*. Madrid: AEIHM Instituto de Cultura y Tecnología Miguel de Unamuno, 2003.

CARTWRIGHT, William. *Gustave Bergenroth: a memorial sketch*. Edimburgo: Edmoston & Douglas, 1870.

FRANQUELO, Don Ranon. *Doña Juana La Loca*: drama histórico dividido em seis cuadros y escrito em verso. Salamanca: Imprenta de José Atienza, 1864.

FUENTE, D. Vicente de la. *Doña Juana la Loca, vindicada de la nota de herejía*. Madri: Imp. D. Dubrull, 1870.

GACHARD, Louis-Prosper. *Collection des voyages des souverains des Pays-bas*. 4 tomos. Bruxelas: Comission Royale d'Histoire, 1876.

GÓMEZ, María; JUAN-NAVARRO, Santiago; ZATLIN, Phyllis (eds.) *Juana of Castile: history and myth of the mad queen*. Lewisburg: Bucknell University, 2008.

GRAIÑO, Cristina Segura (coord.). *La educación de las mujeres: libertad o subordinación*. Madrid: Al-Mudayna, 1996.

GUIMARÃES, Marcella; FRIGHETTO, Renan (coord.). *Instituições, poderes e jurisdições: I Seminário Argentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval*. Curitiba: Juruá, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

ORELLANA, Don Francisco José. *La Reina Loca de Amor*: historia romántica de Doña Juana de Castilla y D. Felipe el Hermoso. Barcelona: Imprenta Hispana de Vicente Castaños, 1862.

PFANDL, Ludwig. *Juana la Loca: Su vida, su tiempo, su culpa*. Madrid: Espasa Calipe, 1943.

PRUDENTE, Luísa Tollendal. *Perspectivas da normatização do casamento na Castela afonsina: uma leitura das Siete Partidas*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF, 2015.

RODRÍGUEZ VILLA, Antonio. *Bosquejo Biográfico de la Reina Doña Juana*. Madrid: Aribau, 1874.

SANZ Y RUIZ DE LA PEÑA, Nicomedes. *Doña Juana I de Castela, la reina que enloqueció de amor*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1942.

ZALAMA, Miguel Ángel (ed.). *Juana I de Castilla: de su reclusión en Tordesillas al olvido de la historia*. Valladolid: Grupo Página, 2006.